

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 138

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 01 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PTB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PSDB

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSL

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>
<i>PL</i>	<i>Serafina Carrilho</i>
<i>PSB</i>	<i>Moysés Leônidas</i>

Representação Partidária

PFL - 09: Custódio da Silva - Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Tureck - Plauto Miró Guimarães; PTB - 09: Ademar Traiano - Algaci Tulio - Carlos Simões - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Justus (licenciado) - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PSDB - 06: Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro - Renato Gaucho - Sérgio Spada; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PSL - 04: Antonio Carlos Belinati - Edno Guimarães - Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins; PDT - 02: Eli Ghellere - Luiz Carlos Zuk; PL - 02 - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSB - 02: Moysés Leônidas - Ricardo Maia; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PPS - 02: Marcos Isfer - Cezar Silvestri; PSC - 01: Miltinho Pupio.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 094ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
01 DE OUTUBRO DE 2001**
(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Elio Rusch, secretariada pelos senhores deputados Nelson Tureck e Antonio Anibelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos, e solicito aos nossos visitantes que se mantenham em silêncio. Qualquer pessoa sempre é muito bem-vinda a assistir as Sessões do Poder Legislativo do Estado do Paraná, que sem sombra de dúvida engrandece o trabalho do Parlamento do nosso Estado.

Antes de convidar o senhor 2º secretário, faço questão de ler o artigo 110 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa: “Qualquer pessoa poderá assistir a Sessão das galerias, desde que esteja desarmada e guarde silêncio, sem dar sinal de aplausos ou de reprovação ao que se passar na Assembleia. Qualquer movimentação contra ou a favor de qualquer pronunciamento dos senhores parlamentares, por parte da galeria a Presidência irá adotar os trâmites regimentais.”

(Tumulto)

Não vamos admitir manifestações nem a favor e nem contra qualquer projeto ou decreto legislativo.

Esta é a decisão da Presidência desta Sessão.

O SR. 2º SECRETÁRIO

(**Procede à leitura das Atas das Sessões anteriores, as quais são aprovadas sem observações.**)

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Não vamos admitir qualquer manifestação!
Está suspensa a Sessão!

Reaberta a Sessão.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 489/2001
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede e foro no município de Francisco Beltrão/PR.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A Assesoar - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, entidade jurídica de direitos privados, constituída na forma de como dispõe o Estatuto, com sede e foro no município de Francisco Beltrão/PR, tem por fim fundamental promover melhores condições de vida aos trabalhadores na lavoura e na pecuária e um maior desenvolvimento rural de acordo com a doutrina social cristã; melhoria na vida do homem do campo, educação e formação profissional; cursos permanentes de alfabetização, sindicalização, cooperativismo técnico de produção, crédito rural, saúde, higiene e organização política.

A referida entidade não remunera qualquer de seus cargos de diretoria; não distribui lucros, bonificações ou quaisquer outras vantagens a dirigentes, mantenedores ou associados.

PROJETO DE LEI Nº 490/2001
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a “Triagem Auditiva Neonatal - Teste da Orelhinha”,

em todas as maternidades da rede pública do Estado do Paraná.

Art. 2º - A Triagem Auditiva Neonatal será realizada por profissional habilitado em fonoaudiologia.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar os convênios que se fizerem necessários à execução desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 01.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto visa autorizar o Poder Executivo a instituir a "Triagem Auditiva Neonatal - Teste da Orelhinha" em todas as maternidades da rede pública estadual.

Teste da Orelhinha, ou exame de Emissões Otoacústicas Evocadas, é o método mais moderno para o diagnóstico de problemas de surdez no recém-nascido.

O exame é feito no próprio berçário, com o bebê quieto e dormindo, de preferência com 48 horas de vida, antes da alta da maternidade. A duração é de aproximadamente 5 a 10 minutos, não apresenta contra-indicações, não incomoda, não exige nenhum tipo de intervenção evasiva e é absolutamente inócuo.

A incidência da surdez congênita é bastante alta quando comparada com outras doenças para as quais são realizados testes de Triagem Neonatal, a Fenilcetonúria (Teste do Pezinho) 1 em 10.000, Hipotireoidismo 2,5 em 10.000, Anemia Falciforme 2 em 10.000. Em bebês normais a surdez vale de 1 e 3 em cada 1.000, já em bebês de UTI neonatal, varia de 2 e 6 em cada 1.000 bebês de risco (ex.história de surdez familiar, rubéola, etc.).

Os bebês com perda auditiva diagnosticada no nascimento e com tratamento iniciado até os 6 meses de idade apresentam desenvolvimento da linguagem receptiva e expressiva superior ao das crianças identificadas tardiamente. O diagnóstico após os 6 meses de idade traz prejuízos inaceitáveis ao desenvolvimento (fala, linguagem, social-psíquico-educacional) da criança.

Solicitamos o apoio dos nobres pares na aprovação do presente projeto de lei que certamente é de grande alcance social.

PROJETO DE LEI Nº 491/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os alunos das escolas da rede pública estadual terão direito à assistência social e psicológica sempre que os profissionais do ensino considerarem necessário.

Art. 2º - As assistências acima previstas serão prestadas por psicólogos e assistentes sociais contratados pela Secretaria de Estado da Educação especificamente para atendimento do preceituado pela presente lei.

Art. 3º - O Poder Executivo baixará normas para regulamentação da presente lei, 90 dias após sua aplicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Já é de domínio público que alunos com problemas domésticos - ou outros decorrentes do trabalho ou mesmo do convívio social mais amplo, podendo aí figurar a própria escola - apresentam maior dificuldade de aprendizado. Ocorre que nem sempre estes alunos recebem a devida atenção no que toca à detecção dos seus problemas e, portanto, menos ainda no tocante à assistência aos mesmos. Disto decorre que acabam abandonando a escola ou, nas hipóteses menos desastrosas, permanecem nos bancos escolares e não absorvem os ensinamentos a contento.

O compromisso com a educação, especialmente a pública e gratuita, não pode se restringir à garantias de salas de aula e professores e os instrumentos materiais necessários à consecução do ensino. O verdadeiro compromisso com a educação precisa visar a criação de condições que permitam ao aluno ter plenas condições de aprendizagem e estas, não raro, são tolhidas por sérios problemas extra classe vividos pelo aluno em questão. As condições atuais de vida de boa parcela da população assolada pela pobreza, pela violência, pelas programações transmitidas indiscriminadamente pelos veículos de comunicação de massa nem sempre recomendáveis e, até, pela fome, nos obrigam a ter uma atitude ativa frente aos que potencialmente os vivenciam e, portanto, sofrem seus efeitos negativos, normalmente fatais quando está em questão o aprendizado escolar formal.

Assim, é necessidade premente, em nosso entendimento, a instituição de serviços para os atendimentos psicológicos e sociais aos alunos de escolas públicas estaduais sujeitos aos efeitos nocivos das situações acima citadas, pois se realmente queremos construir uma nação próspera devemos criar condições que permitam ao educando absorver o máximo de conhecimento possível. E estas condições se darão, em nosso entendimento, colocando-se profissionais habilitados à detecção destes problemas aos quais competirá um atendimento individualizado com vistas a buscar sua superação.

Daí as razões do presente projeto.

PROJETO DE LEI Nº 492/2001

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - São admitidas as seguintes formas de afixação de preços em vendas a varejo para o consumidor:

I - no comércio em geral, através de etiquetas ou similares, afixados diretamente nos bens expostos à venda ou em vitrines, nos quais constem os seus preços à vista em caracteres legíveis;

II - em auto-serviços, supermercados, mercearias ou estabelecimentos comerciais, onde o consumidor tenha acesso direto ao produto, sem intervenção do comerciante, com a impressão ou fixação de código referencial, ou, ainda, com a afixação de código de barras, desde que haja informação de forma clara e legível no que diz respeito ao preço à vista, o nome, a descrição do produto, peso, quantidade e o referido código, ficando, no entanto, dispensado este quando se tratar de produtos cujo código varie em função de cor, fragrância ou sabor e não haver alteração de preço. A informação deverá ficar junto aos itens expostos nas gôndolas em etiquetas ou similares com tamanho não inferior a 5cmx2,5cm;

III - na impossibilidade de afixação de preços, conforme estabelecido nos incisos I e II deste artigo, será permitido o uso de relações de preços de produtos expostos, assim, como os de serviços oferecidos, o que deverá ocorrer de forma escrita, clara e em caracteres legíveis, de forma que demonstre inequivocamente tratar-se de seu preço devendo também serem colocadas em local e quantidade que o consumidor possa consultá-las, independente de solicitação.

Art. 2º - Nos estabelecimentos em que seja utilizado o código de barras para identificação de preços, deverá ser oferecido ao consumidor equipamento de leitura ótica para consulta eletrônica do preço pelo consumidor, localizado dentro da área de venda dos estabelecimentos e em locais de fácil acesso.

I - os estabelecimentos de que trata este artigo deverão ter um leitor ótico para cada 1.000 metros quadrados e seus múltiplos.

II - Considerar-se-á como área de vendas, para fins desta lei, exclusivamente a área física do estabelecimento onde o consumidor efetivamente circule para realização de compras.

Art. 3º - Em caso de divergência de preço para o mesmo produto ou serviço entre dois ou mais meios de identificação de preço empregados no mesmo estabelecimento, o consumidor pagará o indicado de preço menor, limitado às vendas no varejo.

Art. 4º - Em caso de descumprimento da lei, assim compreendida a situação em que o consumidor não obtenha a informação sobre o preço da venda da mercadoria,

sob penas, a serem aplicadas na ordem indicada pela autoridade fiscalizadora:

I - advertência;

II - multa.

Art. 5º - O Poder Executivo baixará as normas necessárias à implementação das regras previstas na presente lei.

Art. 6º - A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 01.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa tornar lei em nosso Estado o que já vem sendo praticado e, inclusive, reconhecido pela justiça, visto já haverem decisões judiciais de mérito reconhecendo o direito dos supermercados de utilizarem a afixação de preços nos termos ora propostos. O item afixação de preço está entre os mais importantes na moderna relação de consumo. É também um importante fator econômico, visto influir na composição de custo final aos consumidores, portanto importante para os setores empresariais envolvidos na atividade e, mais ainda, para o consumidor que, ao final das contas, sempre arca com custos adicionais sempre que estes existam.

A proposição disciplinadora presente neste projeto de lei é consoante ao disposto na Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso VIII, bem como, ainda no plano da legislação federal, no Código de Defesa do Consumidor, em seus artigos 6º, inciso III, 30 e 31. Da legislação que consideramos salutar mencionar, constar também o Decreto 90.595/84 que, em seu artigo 1º e parágrafo único que expressamente prevêem a “identificação de produtos, por equipamentos de automação, nas operações de comércio, no mercado interno”. E a portaria 02/96, da extinta Sunab, também faz referência expressa a esta forma de afixação de preços, quando em seu artigo 9º deixa claro que “são admitidas as seguintes formas de afixação de preços”, especificando-as nas alíneas b e c, que respectivamente, elencam “impressão e/ou afixação de código referencial acompanhado ou não do código de barras instituído pelo decreto referencial, acompanhado ou não do código de barras instituído pelo decreto 90.595/84, desde que haja informação visível junto aos itens expostos do nome, apresentação, preço à vista do produto cujo código varie em função da cor, fragrância e/ou sabor, sem haver alterações de preço” e “nos estabelecimentos que operem com equipamento de leitura ótica, o preço de venda poderá ser consultado pelos consumidores em leitoras eletrônicas, localizadas dentro da área de venda e de fácil acesso”.

A Constituição Federal, novamente em seu artigo 24, porém desta vez no inciso V, prevê que compete conjuntamente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre o assunto. De acordo com o parágrafo 1º do mesmo artigo da CF, compete à União fixar as regras

genéricas, ao passo que aos Estados e ao Distrito Federal, as regras específicas. As regras foram então fixadas pela Lei nº 8.078/90, que em seu artigo 31, declara que a “oferta e apresentação de produtos ou serviços devem assegurar informações corretas, claras, precisas, ostensivas e em língua portuguesa, sobre características, qualidades, quantidade, composição, preço, garantias de prazos de validade e origem, entre outros dados, bem como sobre os riscos que apresentam à saúde e segurança dos consumidores”. Com esta lei exauriu-se a competência da união, restando agora aos legislativos estaduais ficarem normas específicas, o que se pretende com o presente projeto de lei.

É claro que além da legislação pertinente que subsidia e torna inequívoca a necessidade do presente projeto de lei, também faz-se imperioso tratar do impacto econômico favorável às empresas e ao consumidor que a mesma representará. De acordo com os últimos dados disponíveis, temos que das 2.053 empresas do ramo alimentício varejista do Estado do Paraná, 95% são de pequeno porte e dão origem a 2.473 estabelecimentos comerciais, das quais mais da metade já estão informatizadas. Portanto, o teor do presente projeto de lei não interessa apenas às grandes redes de supermercados estabelecidas no Paraná, presentes, ademais, apenas na Capital e nas médias cidades do interior.

Assim, interessa à esmagadora maioria dos estabelecimentos do setor a economia que se lhes proporcionará a afixação de preços pelo sistema de código de barras. Os custos operacionais com um sistema duplo, em que a codificação por barras estará associada à etiquetagem individual do produto, aumentarão, aproximadamente, entre 1,49% e 1,92% conforme estudo realizado pela Integration Consultoria com base no método ABC (Custeio Baseado em Atividade), índice repassado, via de regra, para o consumidor.

Aprovando o presente projeto de lei, estaremos trazendo justiça aos agentes econômicos e consumidores, uma vez que reduziremos custos aumentando a eficiência das empresas e a produtividade do trabalho, elementos essenciais à modernização de nossa economia e de nossas empresas.

Dá as razões do presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 493/2001
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários Municipais de Londrina - AFML, com sede e foro na cidade de Londrina.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 01.10.2001.
(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Funcionários Municipais de Londrina - AFML é uma agremiação civil que tem por finalidade promover e incentivar atividades de caráter social e cultural, bem como competições esportivas de lazer entre seus associados, para isso, mantém uma sede social, uma praça de desportos e um salão de jogos.

A prática de esportes amadores através das competições em diversas modalidades visa o estreitamento de relações entre os componentes do quadro social da Associação.

Portanto, para que a AFML consiga manter suas atividades junto aos associados, necessita habilitar-se junto aos órgãos públicos, com a obtenção da Lei de Utilidade Pública.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Deputado presidente Elio Rusch, antes que V. Exa. ingresse na discussão e deliberação da Ordem do Dia distribuída, solicito a V. Exa. que coloque em discussão perante este Plenário, um requerimento apresentado na semana passada, que seria apreciado na quinta-feira, que transforma o Plenário em Comissão Geral para que possamos reorganizar a Ordem do Dia, se aprovado o requerimento, e apreciarmos ainda hoje o Projeto de Decreto Legislativo nº 07/2001.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Só quero lembrar ao deputado Pessuti que esse requerimento, para que seja aprovado, precisa de 28 votos favoráveis.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Não entendo dessa forma.

Entendo que o requerimento de transformação do Plenário em Comissão Geral...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Conforme o artigo 107.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Perfeitamente. Se for isso o que determina o Regimento Interno, V. Exa. coloca o requerimento em votação e nós vamos buscar os 28 votos.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
“A Assembléia será constituída em Comissão Geral com a aprovação da maioria absoluta de votos”.

O SR. CAÍTO QUINTANA
Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Entendo também que os requerimentos serão votados posteriormente à apreciação da Ordem do Dia, ou seja, dos projetos.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Solicito que novamente V. Exa. faça a leitura do texto regimental.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Artigo 107, inciso 4º, parágrafo 1º: “A Assembléia será constituída em Comissão Geral, com a aprovação da maioria de votos.”
Maioria absoluta é quórum qualificado. São vinte e oito votos.

O SR. CAÍTO QUINTANA (**Pela Ordem**)
Gostaria de uma informação da Mesa da seguinte forma. Se porventura o requerimento for posto em votação, não deu 28 votos. O projeto está prejudicado e não rejeitado. Não teve quórum para aprovação...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Se tiver quórum que dê número suficiente para votação, se estiverem 28 deputados presentes na Sessão e se o requerimento não tiver 28 votos, ele será rejeitado.

O SR. CAÍTO QUINTANA
Certo, mas a minha pergunta é essa: se não tiver 28 votos...

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Se não tiver quórum qualificado, são 28 votos. 28 deputados presentes para deliberação. Se cair a Sessão por falta de quórum, automaticamente transfere para a próxima Sessão.
O requerimento vai ser votado posteriormente aos projetos que já estão na Ordem do Dia.
Passa-se à Ordem do Dia.

O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)
Solicito a V. Exa. que o requerimento seja submetido ao Plenário. Porque, aprovado, nós temos que reorganizar a Ordem do Dia incluindo o projeto na Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Deputado Orlando Pessuti, nós vamos aprovar a Ordem do Dia, os projetos e depois apreciar o requerimento, uma vez que o projeto já não está na Ordem do Dia de hoje.

O SR. ORLANDO PESSUTI
Mas é justamente por isso que nós gostaríamos que o requerimento transformando o Plenário em Comissão Geral fosse apreciado por primeiro, como tem sido feito em outras oportunidades, para que enquanto se analisa as outras propostas, a Ordem do Dia seja reorganizada e o projeto trazido ao Plenário, trazido à Mesa para incluir na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
A Presidência não entende desta forma.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 01
VOTAÇÃO EM:
2ª - DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99, de autoria do deputado Beto Richa, que assegura o fornecimento gratuito de medicamentos e insumos destinados ao tratamento e controle do diabetes. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. EM REGIME DE URGÊNCIA.**
Em votação.

O SR. ANTONIO BELINATI
Verificação de votação.

O SR. ALGACI TULIO
Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Convido o senhor 1º secretário, deputado Ricardo Maia para que proceda à chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Ricardo Maia**)
Procede à chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)
Vinte e seis senhores deputados responderam à chamada nominal.
Não há quórum para deliberação, apenas para prosseguimento da Sessão.

O SR. ORLANDO PESSUTI

Pela ordem.

(Tumulto no Plenário)

O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Nestas condições, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 02, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/99.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 325/2000; 279, 301, 302, 308 e 322/2001.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 213/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 280, 283, 304, 335, 366, 367, 370 e 410/2001.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 737/97 e dos Projetos de Lei nºs 444/97; 298, 558/99; 285 e 305 a 385/2001.

Lembro ainda aos senhores deputados que será realizada às dezesseis horas, Sessão Solene de outorga do Título de Cidadania Honorária do Paraná, à Sra. Zilda Arns.

Levanta-se a Sessão.

Ato da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecimento no artigo 13 da Lei 13030 de 28 de dezembro de 2000.

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 032/2001 - DAT

Ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 13030 de 28 dezembro 2000 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DE DESPESAS:

Código	P/A	Fonte	Valor
44905100	2000	000	300.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESAS:

Código	P/A	Fonte	Valor
31900300	9000	000	300.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, em 21.09.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Visto:

VALDIR ROSSONI
Primeiro Secretário

Atas de Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de agosto do ano de dois mil e um, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões os nobres pares desta Comissão, os senhores deputados: Marcos Isfer (suplente), Geraldo Cartário (suplente), Ângelo Vanhoni (titular) e Edson Strapasson (presidente) a fim de analisar em caráter extraordinário proposituras, já incluídas previamente na Ordem do Dia, do Plenário desta Casa de Leis. Havendo número legal, e não havendo expediente a ser lido passou-se a pauta do dia: 01) Projeto de Lei nº 240/2001 autoria do deputado Divanir Braz Palma. Relator: deputado Edson Strapasson; Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 174/2001, de autoria do deputado Tony Garcia. Relator: deputado Edson Strapasson; Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 248/2001, de autoria da iniciativa popular. Relator: deputado Edson Strapasson; Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim Sandra Zampier, secretária da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Sandra Zampier - Secretária

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA
ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e um, reuniram-se na Sala de Reuniões das Comissões os nobres pares desta Comissão, os senhores deputados: Algaci Tulio (suplente), Chico Noroeste (titular), Duílio Genari (titular) e Edson Strapasson (presidente), para tratar de Projetos de Lei, abaixo citados, para serem submetidos à análise desta Comissão. Havendo número legal e não havendo expediente a ser lido, passou-se a

Pauta da Reunião: 01) Projeto de Lei nº 413/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Relator: deputado Duílio Genari; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 274/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli. Relator: deputado Luiz Carlos Alborghetti; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 373/2000, de autoria do deputado Luiz Fernandes Litro. Relator: deputado Sérgio Spada; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO; com voto CONTRÁRIO do deputado Algaci Tulio. 04) Projeto de Lei nº 150/2000, de autoria do deputado Geraldo Cartário. Relator: deputado Sérgio Spada; Parecer: CONTRÁRIO - APROVADO. 05) Projeto de Lei nº 287/99, de autoria do deputado Algaci Tulio. Relator: deputado Ângelo Vanhoni; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 06) Projeto de Lei nº 141/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati. Relator: deputado Sérgio Spada; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 07) Projeto de Lei nº 186/2001, de autoria do deputado Ricardo Maia. Relator: deputado Duílio Genari; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 08) Projeto de Lei nº 63/2001, de autoria da deputada Serafina Carrilho e Antonio Carlos Baratter.

Relator: deputado Antonio Carlos Belinati; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 09) Projeto de Lei nº 232/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme. Relator: deputado Duílio Genari; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 10) Projeto de Lei nº 408/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Relator: deputado Antonio Carlos Belinati; Parecer: FAVORÁVEL - APROVADO. 11) Projeto de Lei nº 226/2001, de autoria do deputado Renato Gaúcho. Relator: Ângelo Vanhoni; Parecer: FAVORÁVEL, com pedido de Anexação ao Projeto de Lei nº 262/2001 - Mensagem nº 20/2001. 12) Projeto de Lei nº 532/99, de autoria do deputado Cleiton Kielse. Relator: deputado Ângelo Vanhoni; isto posto em votação foi aprovado a diligência, a pedido do relator, ao Departamento de Transporte e Obras - DETO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar efeitos legais, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo presidente e por mim Sandra Zampier, secretária desta Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSOM - Presidente
Sandra Zampier - Secretária